

O património documental necessita de medidas de defesa que devem incluir a sua própria promoção, o incentivo da sua pesquisa e análise, classificação e inventariação, mas também o desenvolvimento da formação para o seu manuseamento e conservação.

Para que este seja levado a cabo da forma mais correta, instituições como as bibliotecas, arquivos, sociedades e museus, possuidores de serviços de documentação, tiveram e têm um papel fundamental.

A biblioteca é vista como um organismo ou parte de uma organização cujo objetivo principal é organizar coleções, atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos, que respondem às necessidades de informação, educação e lazer. As principais funções passam pela obtenção de publicações impressas, periódicos e até manuscritos, e gestão relativa ao acesso deste espólio através de técnicas específicas, como por exemplo a elaboração de índices e catálogos.

Hoje em dia, a biblioteca é já vista como uma importante ponte de ligação entre o leitor e o conhecimento, devido ao aumento e à complexidade das fontes de informação disponíveis ao longo dos anos.

Atualmente, a diferença entre as funções exercidas pelas bibliotecas e os museus relativamente ao tratamento, divulgação e acesso da informação é bastante ténue. Assim é fácil perceber que a ligação entre ambos se tenha criado desde a formação dos primeiros museus públicos no século XVIII.

A criação das bibliotecas de museus ficou a dever-se à necessidade de pesquisa sobre o espólio museológico que era adquirido e, daí, a necessidade de obter documentos que sustentassem a investigação. Desta forma, as bibliotecas de museu foram desenvolvendo um tipo de atividade diretamente ligado aos bens culturais e ao acervo museológico, auxiliando com a documentação ligada ao mesmo.

Com ligações tão próximas pode-se afirmar que as bibliotecas se tornam extensão do espólio museológico ao qual têm ligação, sendo uma das suas principais funções as relativas ao apoio da investigação, seja ela interna ou externa.

Todavia, conforme a definição adotada pelo Instituto Português dos Museus em 2004, um museu é um instituição de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins

lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valoriza-los através da investigação além de facultar o acesso regular ao público e assim fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Além das instituições anteriormente referidas é de importante referência o arquivo. É comparado a um sistema de informação que conserva os registos produzidos em contextos institucionais sob o princípio da manutenção e da integridade do corpo de registos como originalmente foi criado pelo indivíduo ou pela instituição que os produziu.

O princípio descrito designa os métodos de organização dos documentos em determinados fundos, que por sua vez se dispõem pela funcionalidade características da entidade que os gerou. As principais funções desta entidade passam pela reunião de um conjunto de documentos impressos, manuscritos e até audiovisuais que têm como fim provar e testemunhar algo jurídico, administrativo e legal.

Nas três instituições anteriormente descritas, regista-se o levantamento exaustivo dos acervos que possuem, através de métodos de catalogação e inventariação que implicam a aplicação de princípios de classificação e descrição distintos. São organizados em coleções com os objetivos da melhor gestão através da perspectiva de preservação e conservação, fundamentais para a história associada a cada objeto, seja ele pertencente a um museu, biblioteca ou mesmo a um arquivo, possa ser conhecida de geração em geração.

Imagem (izoca) de uso gratuito em Pixabay